

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DIPLOMACIA BISSAU- GUINEENSE E ANGOLANA: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS

Levi Marcelino Intumbo¹

Mutaro Sei²

Eularia S. Chinduva³

Luis Miguel Dias Caetano⁴

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a participação das mulheres na diplomacia Bissau-guineense e Angola, buscando compreender os principais obstáculos e desafios. Em termos metodológicos, trata-se duma pesquisa exploratória ancorada na abordagem qualitativa. Os resultados apontam que no caso guineense a participação das mulheres na diplomacia tem sido verificado durante a luta de libertação e após a independência essa participação fracassou-se porque a mulher era vista com incapaz devido as suas condições físicas e intelectual. No caso de Angola, também as mulheres em algumas circunstâncias tiveram trajetórias incríveis como no caso da Rainha N'zinga e que com a era da independência começou-se a subjugar as mulheres no segundo plano. Contudo, hoje

¹Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail:

levintumbo@gmail.com

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: mutaroseidi90@gmail.com

³Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: eulariachinduva22@gmail.com

⁴Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: miguel dias@unilab.edu.br

em dia verifica-se pequenos avanços devido à pressão das organizações internacionais interessadas nas agendas das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Mulheres; Diplomacia; Guiné-Bissau; Angola.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a cidadania e a participação pública e política das mulheres têm sido objetos de estudos nas últimas décadas em todo mundo, em especial, no continente africano pós independência, sobretudo no contexto democrático. O presente trabalho busca investigar sobre a participação das mulheres na diplomacia, especificamente o caso da mulher guineense e angolana.

O percurso histórico dos países a serem analisados é profundamente marcado por longo período de intensa luta desencadeada pelos movimentos independentistas, que resultou na proclamação das suas independências, contando efetivamente com a participação das mulheres, seja nos lugares secundários, ou de planejamento estratégico da luta onde poucas se encontravam. Nessas sociedades, depois de algumas décadas de independência, surgiram as preocupações com relação à participação das mulheres na esfera política, em particular a sua inserção na carreira diplomática.

A diplomacia é o exercício da negociação, tratados e acordos, arte e a prática das relações internacionais entre estados. Ela é, nesse aspecto, uma instituição fundamental que visa

conciliar e harmonizar interesses nacionais divergentes através do diálogo internacional, ajudando, por conseguinte, na interação dos diversos atores no sistema internacional (NUNES, 2018). Ela pode ser entendida como um dos exercícios da cidadania, e o exercício ativo da cidadania e participação é um fenômeno recente e em desenvolvimento (PEREIRA, 2008 *apud* DOMINGOS, 2018).

As desigualdades sociais, o acesso diferenciado ao sistema de educação, saúde, justiça e entre outros, podem ser considerados alguns dos fatores que limitam a participação da mulher nos espaços de decisão do Estado, ou seja, as diferenças de gênero se fazem sentir nestas sociedades. Embora as mulheres compõem a maioria da população, apresentam níveis mais baixos em termos de presença e participação ativa nos espaços público e político.

Em relação aos objetivos da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória, entendido por Gil (2008) como aquela que possibilita o pesquisador a ter uma maior profundidade e/ou familiaridade com o assunto a ser estudado. E ela é utilizada, na maioria dos casos, em pesquisas e/ou temáticas pouco desenvolvidas ou que carecem de estudos, e muitos casos são desenvolvidos quando os investigadores têm pouca ciência do assunto que estão a tratar (COOPER; SCHINDLER, 2003). Adotou-se a abordagem qualitativa não só por ser adequada a responder aos objetivos da nossa investigação, mas também devido a suas especificidades focadas na compreensão, interpretação e aprofundamentos sobre determinados fatos e fenômenos sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para o procedimento técnico esta pesquisa se socorreu de pesquisa bibliográfica que é aquela que tem o seu foco nos estudos teóricos já divulgados – dados secundários – e escritos como artigos, livros, jornais e revistas, e assim como na pesquisa documental que envolve geralmente publicações impressos e digitais que ainda não foram tratados – dados brutos – isto é, documentos oficiais, dados estatísticos, normas e resoluções das organizações etc. (GERHARDT; SILVEIRA, 2007; GIL, 2008). Para a coleta dos dados foi utilizado a técnica de análise documental através da exploração dos achados nas bibliografias e documentos e para a análise dos dados foi ancorado na análise de conteúdo que é aquela baseada única e exclusivamente no conteúdo dos textos (BARDIN, 1977; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Ao longo do trabalho, procuramos abordar sobre a presença das mulheres na diplomacia de modo geral, posteriormente buscamos restringir à sociedade Guineense e Angolana, principalmente no que diz respeito às dificuldades da sua inserção e continuidade na carreira diplomática, em seguida apresentamos os resultados da pesquisa e, posteriormente, as nossas considerações sobre a pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos objetivos da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória, entendida por Gil (2008) como aquela que possibilita o pesquisador a ter uma maior profundidade e/ou familiaridade com o assunto a

ser estudado. E ela é utilizada, na maioria dos casos, em pesquisas e/ou temáticas pouco desenvolvidas ou que carecem de estudos, e muitos casos são desenvolvidos quando os investigadores têm pouca ciência do assunto que estão a tratar (COOPER; SCHINDLER, 2003). Adotou-se a abordagem qualitativa não só por ser adequada a responder aos objetivos da nossa investigação, mas também devido a suas especificidades focadas na compreensão, interpretação e aprofundamento sobre determinados fatos e fenômenos sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para o procedimento técnico esta pesquisa se socorreu de pesquisa bibliográfica que é aquela que tem o seu foco nos estudos teóricos já divulgados – dados secundários – e escritos como artigos, livros, jornais e revistas, e assim como na pesquisa documental que envolve geralmente publicações impressos e digitais que ainda não foram tratados – dados brutos – isto é, documentos oficiais (constituições e legislações), dados estatísticos, normas e resoluções das organizações etc. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GIL, 2008). Para a coleta dos dados foi utilizado a técnica de análise documental através da exploração dos achados nas bibliografias e documentos e para a análise dos dados foi ancorado na análise de conteúdo que é aquela baseada única e exclusivamente no conteúdo dos textos (BARDIN, 1977; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

3. MULHER E DIPLOMACIA

A diplomacia é entendida como um conjunto de instrumentos e ações pelo qual um determinado Estado se socorre

para estabelecer parcerias e contatos com governos de outros Estados. E além de ser um processo de representação de país em outros Estados, é também uma forma de prestar assistências aos seus cidadãos residentes nos Estados parceiros (KISSINGER, 2017).

A utilização da diplomacia é algo que remonta há muito tempo, desde a antiga Grécia, como nota Salvaterra (2019): os gregos já utilizavam a diplomacia para estabelecer laços de amizades e de trocas com diferentes reinos. Contudo, para que essas relações e missões de um Estado com outros países ocorra na prática é sempre necessário que haja uma delegação para chefiar toda a atuação. E embora as mulheres se ocupam pouco desses espaços, mas é quase consensual que sempre que incumbidas essas missões, conseguem grandes êxitos.

Um exemplo disso é a Henriqueta - duquesa de Orleans que foi incansável no estabelecimento das alianças entre a França e Inglaterra com o tratado de Douvres em 1670 e outro caso interessante é a Rainha Isabel da Inglaterra que teve uma liderança notável baseada na tolerância e parcerias exitosas (ARRUDA, 1931).

Embora os resultados das mulheres nos cargos da diplomacia foram brilhantes, contudo, perpetuou sérios desafios em muitas realidades. No caso brasileiro, por exemplo, nos anos 1938 a 1954, era vedada para as mulheres a ocupação dos cargos da diplomacia⁵. Hoje em dia existem um total de 1537 diplomatas brasileiros, dos quais

5 Leia mais em: <https://www.cursosapientia.com.br/conteudo/noticias/as-mulheres-na-diplomacia>.

1182 homens e 355 mulheres⁶, dados que ainda retrata a tremenda desigualdade entre mulheres e homens nesses cargos.

Além do caso brasileiro, essa prática era muito notória em muitas realidades, com justificativas de ponto de vista das especificidades das mulheres, no caso sexo e família. Alegava-se que as mulheres não tinham as mesmas características com os homens - capacidade física e intelectual - para assumir e/ou conduzir uma missão diplomática. O caso das famílias também foram um dos empecilhos, isto é, alegava-se que seria difícil a mulher conciliar a tarefa de ser a mãe - cuidadora da família - com as demandas que a função da diplomacia exige (RICUPERO, 2017).

Na contemporaneidade, após muitas lutas e pressões por parte dos organismos internacionais e da sociedade civil, não se pode negar que a inserção das mulheres nos cargos da diplomacia tem melhorado bastante. Mas, ainda falta muito a fazer.

4. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DIPLOMACIA BISSAU GUINEENSE

No caso Bissau-Guineense, a história nos conta que as mulheres tiveram uma participação efetiva na luta pela independência do país liderado pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre a década de 60 e 70 do século passado,

⁶ Leia mais em: <https://exame.com/carreira/mulheres-diplomacia-curso-cebri/>.

como apontam Sanca e Lenine (2020) e Laranjeiro (2021).

De acordo com Laranjeiro (2021), a emancipação feminina como parte integrante da luta foi encetada dentro da cúpula dirigente do PAIGC, em articulação com diversos movimentos e vanguardas, da luta pela independência. Essa independência só veio a concretizar-se com a proclamação unilateral do PAIGC em 24 de setembro de 1973, reconhecida posteriormente pelo colonizador no dia 10 de setembro de 1974.

Após a proclamação da independência e consequente formação do estado Guineense, viria simplesmente a confirmar a tendência dominante dos homens que vinha a ser demonstrada no decorrer da luta, na qual as mulheres foram sempre relegadas a segundo plano e os homens a ocuparem os lugares da liderança e estratégia da luta, com a exceção de um número muito reduzido como é caso de Titina Silá. Nesta fase, as mulheres foram excluídas do cenário político-administrativo como apontam Semedo e Barros (2013), citados por Sanca (2019).

Na visão de Sanca e Lenine (2020), a exclusão política das mulheres requeridas, apenas, durante a luta pela independência, permanece até a atualidade, apesar dos esforços demonstrados pela sociedade e pela classe política, que resultou na aprovação de lei de paridade no ano de 2018, que estipulou a representação mínima de 36% das mulheres nas instituições políticas, ainda se verifica a fraca participação das mulheres em determinados espaços, com destaque para a diplomacia.

A diplomacia Bissau Guineense, conduzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades, é um espaço que parece criar maiores dificuldades de inserção e manutenção para as mulheres, mesmo contando com 17 embaixadas e consulados, continua a ser um espaço dominado pelos homens e com pouco ingresso e manutenção na carreira por parte das mulheres (SANCA, 2019). A autora foi ainda mais à frente para mostrar que o obstáculo das mulheres não é apenas o ingresso na carreira diplomática, mas também de exercê-la no mesmo nível com os homens.

A maior diferença para o setor tem a ver com o nível de escolaridade, como apontaram Sanca e Lenine (2020), revelando que independentemente da forma do ingresso na carreira, um dos problemas enfrentados pelas mulheres seja por indicação, seja por via de concurso, é o baixo nível de escolaridade. Destacando ainda a fala de uma das diplomatas entrevistadas – pelos autores – que destaca a educação doméstica na qual as mulheres são submetidas, tornando cada vez mais difícil a obtenção da educação formal, diferente dos homens. De acordo com Sanca (2019), os obstáculos da inserção das mulheres na carreira diplomática são de ordem estrutural.

Segundo os relatos de uma das entrevistadas de Sanca e Lenine (2020), revelam que, um dos obstáculos fundamentais é que algumas mulheres desistem da carreira por entenderem a diplomacia como um lugar dos homens, impróprio para elas. Isso mostra que o número de ingressantes é maior ao que se verifica no corpo diplomático do país,

apontando assim para maior desafio que é a continuidade na carreira.

Neste sentido, destaca-se os obstáculos encontrados já de lado de dentro, ou seja, quando já se encontra inserida. Nesta fase, a pessoa já se encontra concursada ou indicada para as funções e nos primeiros momentos passa a realizar trabalhos como estagiária por um longo período, como revela uma das entrevistadas a Sanca e Lenine (2020), apontando para um número grande de mulheres concursadas, mas com maiores dificuldades em se manterem na carreira, muito por culpa do tratamento desigual com os homens. Alegou ainda ter entrado primeiro que alguns homens que foram nomeados embaixadores antes dela, e teve que passar por outras dificuldades maiores até chegar onde chegou por não ter seguido o caminho da desistência.

Nos últimos anos as coisas têm melhorado significativamente, com a maior inserção e manutenção das mulheres nesta carreira e suas nomeações para os cargos mais altos. Atualmente, a pasta da diplomacia Bissau Guineense é dirigida por Suzi Barbosa, Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades, após a formação do último governo liderado pelo Eng. Nuno Gomes na Bian.

5. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DIPLOMACIA ANGOLANA

Para falar sobre a participação da mulher angolana na diplomacia, obstáculos e

perspectivas, faz-se necessário entender as causas que estão por detrás da pouca presença de mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado. De um modo geral, devemos procurar saber quais são as dificuldades que uma mulher enfrenta ao ingressar na área diplomática, *a priori* entender a desigualdade de gênero na diplomacia angolana nos dará uma visão geral sobre com as mulheres angolanas são vistas.

A diplomacia é uma ação que normalmente é executada pelos diplomatas e de acordo com Joaquim (2017, p.19), é o “conjunto de atividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e às negociações entre Estados, numa época em que a política interna e a política externa se relevam como dois domínios distintos na vida dos Estados”.

Nessa visão, Joaquim (2017, p. 19) define a diplomacia como sendo um instrumento importante na condução da política internacional, configurando-se “como uma negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”; portanto, essas negociações acabam por se repercutir na vida dos cidadãos, entretanto, devem ser céleres, porque normalmente trata de benefícios, que devem ser de igual para igual, aos Estados envolvidos, na medida em que, cada um tenha necessitado do outro.

Soares e Alencar (2016, p. 2), com base em Fritsche (2012), apontam que:

O primeiro indício da participação das mulheres como diplomatas ocorreu em 1507, na Espanha. Desde então, a presença feminina na diplomacia não obteve tanto destaque e a situação não apresentou

progresso. Após 400 anos do caso espanhol, em 1933, apenas treze países haviam admitido a presença feminina nos serviços diplomáticos e consulares. Durante o período entre guerras, os Estados Unidos e a União Soviética eram os países que apresentavam os maiores índices de admissão de mulheres na diplomacia, mesmo sendo em pouca quantidade.

No caso de Angola, segundo Batsikama (2016), as mulheres angolanas, no passado, quase mantinham um “silêncio simbólico” nas questões políticas. Elas eram aparentemente representadas pelos seus irmãos (mais velhos ou mais novos) de forma pública. Ou seja, o que acontecia era que elas tomavam as decisões e os seus irmãos se limitavam apenas a cumprir as suas orientações (BATSIKAMA, 2016; NUNES, 2018).

Dito de outro modo, a mulher já tinha uma participação na vida política na sociedade, embora só nos bastidores, pois é socialmente considerada como responsável pela primeira educação da criança, apaziguadora das instabilidades emocionais do marido e a garantidora do bem-estar familiar (garantir a cesta básica, higiene familiar, saúde familiar etc.). A nível familiar e do clã social (ou mesmo territorial), a mulher é o centro da estabilidade entre várias famílias e clãs (BATSIKAMA, 2016; NUNES, 2018). A Angola já teve representações femininas a nível diplomático há muito tempo, desde a era da Rainha Nzinga Mbandi, Kimpa Vita e outras.

Mas quais são os obstáculos que a mulher angolana enfrenta na adesão à carreira diplomática? A sociedade angolana apresenta o modelo patriarcal e, nesse tipo de sociedade,

é predominante a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres que resultam na escassez da presença da mulher na esfera pública. Segundo Nunes (2018), em Angola, as discussões sobre gênero e classe para algumas mulheres não têm relevância, uma vez que elas entendem que chega a ser um desrespeito ao tradicionalismo, ou melhor, ao sistema patriarcal que as domina, o que acaba afetando alguns grupos de mulheres feministas que lutam para a igualdade de gênero na sociedade angolana. Essas mulheres são vistas como rebeldes e, assim, têm encontrado bastante dificuldades naquilo que é o apoio da sociedade, o que tem levado muitas a desistirem desses movimentos. Outro obstáculo é a pouca escolaridade por parte das mulheres, e as que entram em algum curso,

optam mais por cursos ligados à saúde porque entendem que o único lugar de destaque da mulher na sociedade angolana é somente em hospitais; podemos também observar um número bastante reduzido de mulheres na área da política, essas mesmas mulheres não ocupam cargos de destaque, porém essas mesmas mulheres que fazem parte da política algumas não se formaram em Angola, por isso tem um outro olhar em relação a este assunto (NUNES, 2018, p.8).

Outro fator a ser mencionado é nepotismo que existe nessa área em Angola e a forma como o processo seletivo é feito. Em Angola, não existem políticas de ação afirmativa, ou seja, cotas que facilitem a entrada de mulheres em áreas dominadas por homens; o processo seletivo de adesão ao cargo é feito a partir de um concurso público, o qual não é divulgado ao público em geral nem os resultados, pois, tudo é feito de forma bastante restrita, o que

acaba gerando desconhecimento à população e não há requisitos de recurso, e isso fomenta a propagação do nepotismo nessa área, prejudicando assim mulheres e homens que não têm familiares que possam dar uma "mãozinha" na adesão ao cargo.

Apesar desses obstáculos, as mulheres têm se organizado e participam também das conferências nacionais e internacionais, onde têm sido debatido várias questões relacionadas a situações que lhe dizem respeito. Essas conferências, os encontros e simpósios têm sido de grande importância, servindo de forças para luta diária de seus direitos. Angola tem dado passos significativos, pois hoje já se vê 30% de mulheres no Parlamento, só em 2018, segundo o Jornal de Angola (JOSÉ, 2018).

Nunes (2021, p. 31), citando informações do Jornal de Angola (2018), explicita que:

O governo atual, liderado pelo novo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, nomeou 30 ministros, dos quais, 12 são mulheres. Entre elas: Silva Paula Lutucuta (Saúde), Bernarda Gonçalves Martins da Silva (Indústria), Victória Francisco Lopes Neto (Pescas e Mar), Ana Paula de Carvalho (Ordenamento do território e Habitação), Maria do Rosário Sambo (Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação), Maria Cândido Teixeira (Educação), Carolina Cerqueira (Cultura) e os 18 são homens, ocupando os cargos de governadores das 18 províncias. E na área da diplomacia o presidente nomeou 30 embaixadores e nesta lista apenas 8 são mulheres e os 22 são homens [...].

A luta das mulheres em Angola é árdua, mas seus esforços já resultam em bons frutos,

como a nomeação de uma mulher como vice-presidente da Assembleia Nacional, mulheres nos ministérios e secretarias de Estado, governadoras provinciais em duas províncias de grande peso, mas ainda está longe de representar uma equidade social de gênero no país.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, a independência Bissau Guineense contou com efetiva participação das mulheres, tanto na linha de frente, como no alinhamento estratégico do processo da luta, como nos conta Laranjeiro (2021). Anos depois, com a independência do país, as mulheres passaram a ser vistas como incapacitadas para participarem das decisões políticas, relegadas aos trabalhos domésticos e cuidar das famílias (SANCA, 2019). Desde os primórdios do estado Guineense, a participação das mulheres na política é muito escassa, principalmente no campo diplomático, que segundo Sanca e Lenine (2020), é um problema de natureza estrutural, apresentando assim dois principais obstáculos: o de inserção na carreira e o de manutenção.

Quanto ao obstáculo de se inserir na carreira, destacam-se as questões ligadas ao nível de escolaridade e gênero. O baixo nível de escolaridade das mulheres bissau guineense, tende a ser um dos maiores entraves para sua inserção na carreira diplomática, visto que é um espaço que exige a formação superior. Por outro lado, pode-se dizer que o tratamento desigual entre homens e mulheres na esfera política do país, torna o espaço da

diplomacia muito impróprio para as mulheres (SANCA, 2019). Se o processo de inserção já apresenta grandes obstáculos, estes tendem a crescer quando a pessoa se encontra de lado de dentro, muito por razões de gênero, o que leva um grosso número de mulheres a desistirem da carreira, por passarem mais tempo que os homens sem serem nomeadas embaixadoras e por muitos tratamentos desiguais que as impedem de exercer a carreira (SANCA; LENINE, 2020).

No caso angolano, há muito que as mulheres tratavam das questões político/diplomáticas mesmo que não seja aos olhos de todos, ou seja, eram sempre representadas pelos homens da família, que transmitem apenas as posições delas em público ou cumprem as ordens dadas por elas, o que demonstra uma participação das mulheres na vida política (BATSIKAMA, 2016). Mas, nas últimas décadas, há uma fraca participação das mulheres no espaço político devido à predominância masculina na estrutura social, o que acaba por refletir nas desigualdades de oportunidades entre os dois gêneros, e também por ressaltar o nível de escolaridade, tendo maior parte dos formados homens.

Nas duas sociedades, vê-se que os problemas de inserção e manutenção das mulheres na carreira diplomática são estruturais, a predominância masculina nelas dificulta as mulheres no acesso ao espaço da diplomacia. Outro problema em comum, entre essas sociedades, tem a ver com o baixo nível de escolaridade das mulheres, devido a educação doméstica a que foram submetidas ao longo das décadas, reduzindo as possibilidades de terem uma

educação formal, o que acaba sendo um grande entrave na inserção das mulheres a este campo.

7. CONCLUSÃO

Com base nas discussões feitas até aqui, percebe-se que embora desde a antiguidade as mulheres tiveram sempre exibições fantásticas em diferentes arenas políticas e sociais, mas, isso não se traduziu numa maior nomeação desse segmento para as funções da diplomacia em muitas realidades.

No caso guineense, durante a luta da libertação as mulheres - embora a parcela ínfima - tiveram grandes desempenhos na luta da libertação, e após a independência quase a maioria delas - se não todas - foram afastadas das funções políticas e administrativas. Essa prática ainda se perpetua até a data presente, embora em partes existem pequenos avanços, como a aprovação da lei de paridade pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e as fortes pressões das organizações internacionais cooperaram na inserção das mulheres em diversas funções diplomáticas no país.

Já no caso angolano, embora nas décadas passadas as mulheres tiveram um papel importante na diplomacia, como o caso da Rainha Nzinga Mbandi, Kimpa Vita etc., hoje em dia esse cenário se inverteu devido à predominância dos homens nos lugares de tomada de decisões, minando assim participação das mulheres nos altos cargos da diplomacia.

Por fim, existe uma convergência entre os dois casos, isso porque em ambos os países as mulheres tiveram bons desempenhos nos cargos da diplomacia, mas que foi subjugado hoje em dia pelo sistema político - com a maior predominância masculina.

Existem pequenos avanços devido às pressões das organizações intencionais, da sociedade civil organizada e do próprio avanço das discussões sobre gênero nas agendas internacionais, mas, ainda há muito o que se fazer para extirpar a descriminação das mulheres nas carreiras diplomáticas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Braz de Sousa. A mulher na diplomacia. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 27, p. 229-243, 1931.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. In: **Revista Cantareira**, ed. 25, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2017/05/e25a06.pdf>.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino.; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

ARTIGOS

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela. S. **Métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

DOMINGOS, Willi Cardoso. Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola. **Revista Espacialidades** [online]. 2018. Disponível em: <https://cchl.ufrn.br/espacialidades/v13/2018-dossie07.pdf>.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOAQUIM, Mateus Bacavaca Tchipelekesse. **A diplomacia angolana e o seu impacto na vida do cidadão** - de 1975 à atualidade. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2017.

JOSÉ, Jerusa Gonçalves. **Os desafios do gênero:** possibilidades e limites da participação de mulheres nos espaços sociais, políticos, econômicos sob a dominação masculina em Angola. 2018. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, São Francisco do Conde, 2018.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Saraiva, 2017.

LARANJEIRO, Catarina. Arma diplomática e ficção: as mulheres nos filmes da Luta de

Libertaçāo da Guiné-Bissau . **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 54, 30 jun. 2021.

NUNES, Elisa Numala Correia. **Participação da mulher angolana na diplomacia.** 2018. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), São Francisco do Conde, 2018.

NUNES, Elisa Numala Correia. **Participação da mulher na diplomacia angolana.** 2021. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), São Francisco do Conde, 2021.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SALVATERRA, Sara Cristina Semedo Fortes Jerónimo. **Mulheres na diplomacia contemporânea:** desafios e perspectivas nas Relações Internacionais. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SANCA, Naentrem.; LENINE, Enzo. As diplomatas bissau-guineenses por elas mesmas: obstáculos ao ingresso e à permanência na carreira diplomática. **Conjuntura internacional**, v. 17, n. 2, p. 48-60, 31 ago. 2020.

ARTIGOS

SANCA, Naentrem Manuel Oliveira. **Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau.** 51 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SOARES, Ingrid França Moares. ALENCAR, Kamila de Sousa Aber Athar. **Igualdade de Gênero na Diplomacia:** a desigualdade de gênero na diplomacia como reflexo do cenário internacional, 2016. Disponível em: <http://cdn.editorasaraiva.com.br/wp-content/sites/24/2016/06/31124611/ONU-MULHERES.pdf>.